

Credores retêm três aviões de índios Caiapó

Três aviões Seneca de propriedade dos índios Caiapó, de Redenção (PA), cidade a 800 quilômetros de Belém, estão retidos em Goiânia por falta de pagamento pelo serviço de revisão das aeronaves. Nem a vinda, há dois meses, do cacique Paiakam, da aldeia Aucre, resolveu o impasse. As aeronaves PT UR-BO e EBF, fabricados em 81 e 76 respectivamente, estão retidas pelos proprietários da Gaivota-Manutenção e Peças para Aviões, Pedro Misael Alves Ferreira, e seus sócios, Augusto Belo e José Fernando, num hangar do Aeroporto Santa Genoveva.

Um dos aviões está registrado como propriedade do cacique Tutu Pombo, da aldeia Kikretun, falecido em agosto de 92 e considerado uma das mais expressivas lideranças indígenas do Brasil. A outra aeronave pertence à aldeia Pukany e está registrada em nome de particular. Um terceiro avião, da aldeia do Baú, a duas horas de voo acima do Rio Xingu, também estaria retido em Goiânia pela ASF Manutenção de Aeronaves.

A inadimplência dos índios, velhos clientes das empresas de manutenção de aeronaves de Goiás, intensificou-se depois que o Ibama apreendeu todo o mogno que os Caiapó extraíam em Redenção e que, por determinação da Justiça Federal, vai a leilão no próximo dia 13, em Brasília. Ao todo, são seis mil metros cúbicos de madeira que seriam comercializados diretamente pelos índios junto às grandes madeireiras de Redenção, segundo informações do administrador da unidade da Funai de Redenção, Francisco Oliveira.

O Mogno foi apreendido pelo Ibama em janeiro último e, segundo matéria publicada na revista Veja, na edição desta semana, seria suficiente para a colocação de 35 mil cadeiras reforçadas de ma-

deira no Ginásio do Maracanãzinho (RJ), o maior do País. O chefe da Funai em Redenção calcula que o leilão vá render mais de 1,5 milhões de reais.

O leilão, pelo menos para os credores de Goiânia, é uma esperança de quitação da dívida. O problema é que o juiz Sebastião Fagundes Filho, que determinou o leilão, já declarou que o dinheiro levantado vai ser administrado em uma conta no Banco do Brasil pelo Ibama e pela própria Justiça, com a destinação de financiar projetos ambientalistas para a população Caiapó, que incluem o incentivo ao retorno às atividades originais dos índios, como exploração da castanha do Pará e produção de artesanato. Estas atividades foram abandonadas pelos Caiapó por causa da pequena soma que rendiam em comparação à extração de madeira para empresas, que acabavam pagando contas como a revisão de voo de suas aeronaves. De acordo com Oliveira, em Redenção ainda ficou outro avião da comunidade A-Ukre.

Pedro Misael, da Gaivota, con-

firma que os Caiapó sempre faziam uma negociação junto aos seus clientes compradores de madeira, para que estes quitassem o débito da manutenção das aeronaves mas, de dois anos para cá, eles perderam esses clientes e, conseqüentemente, ficaram impedidos de saldar os débitos. De acordo com o empresário, a dívida junto à Gaivota já chega a 64 mil reais, isso sem que um dos aparelhos tenha recebido todos os serviços de que necessita.

"O serviço em um avião está incompleto porque os índios tinham feito acordo com a Puriml, uma madeireira de Redenção, que depois se negou a pagar o serviço", conta. Mesmo com os problemas, Pedro Misael diz que os Caiapó sempre foram bons clientes - há dois anos ele negocia diretamente com as aldeias de Redenção, onde já morou. Ele reclama a atenção da Funai na resolução do problema, frisando que "os agentes usavam as aeronaves dos Caiapó, mas hoje não se sentem responsáveis pela questão".

Funai negocia solução

Assim que a Justiça Federal realizar o leilão dos seis mil metros cúbicos de mogno, tomados dos Caiapó de Redenção, é provável que eles iniciem uma verdadeira peregrinação junto ao Ibama e Funai para liberar uma parte do dinheiro obtido - o lance mínimo é de 1,2 milhão de dólares -, e pagar as dívidas. É isto que calcula o administrador da Funai em Redenção, Francisco Oliveira.

O administrador nega que funcionários da Funai utilizassem os aviões dos índios, obser-

vando que a instituição só se responsabilizava pelo combustível gasto pelos Caiapó em viagens que se destinavam, entre outras coisas, a levar remédios e comida aos mais de oito mil índios, espalhados em várias aldeias, distantes umas das outras. De acordo com ele, já aconteceram várias reuniões entre os credores goianos e a Funai para resolver a questão, e existem gestões no Departamento de Patrimônio da Fundação para o levantamento de recursos para quitar a dívida dos Caiapós.

11

285

140

53